

Da acumulação por despossessão às formas embrionárias da emancipação humana

From accumulation by dispossession to embryonic forms of human emancipation

Mariela Natalia BECHER¹

André Gomes VILLAR²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a crise do sistema capitalista a partir dos anos 1970, sem precedentes na história do capital, pensando a revolução tecnocientífica como a última alavanca produzida pelo sistema, junto com a maquinaria de guerra e produção de armas; assim como também a criminalização e militarização da vida social. Frente a esse panorama, torna-se indispensável pensar as possibilidades de emancipação humana e como elas aparecem de forma embrionária em algumas experiências que vêm se desenvolvendo a partir dos anos 1990, com o colapso da modernização.

Palavras-chaves: Acumulação. Despossessão. Crise Estrutural. Formas de Organização.

Abstract: This work aims to analyze capitalistic crisis that started in 1970's, with no comparison in capital's history, understanding techno-scientific revolution as the last lever produced by the system, along with a machinery of war and arms production; as well as criminalization and militarization of social living. In this context, is indispensable to think about human emancipation possibilities and how they appear in embryonic forms in some experiences that unfold since 1990, in the course of modernization collapse.

Keywords: accumulation. Dispossession. Structural Crises. Forms Of Organization.

Submetido em: 03/10/2013. Aceito em: 04/02/2014

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). E-mail: <marielabecher@gmail.com>.

² Filósofo. Doutor em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Professor temporário do Departamento de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense, Polo Angra dos Reis (UFF, Brasil). E-mail: <villar_andre@yahoo.com.br>.

Introdução

A partir das últimas décadas do século XX, o capitalismo colidiu com seus *limites internos absolutos* e mergulhou em uma profunda crise estrutural. Suas alavancas de funcionamento passaram a se emperrar sob o peso de suas dilacerantes contradições. No fulcro dessa crise, encontra-se uma mutação tecnológica decisiva: a revolução industrial da microeletrônica. O novo padrão de produtividade gerado por essa tecnologia não apenas tornou redundantes imensos contingentes humanos como também terminou por derreter a fonte da valorização capitalista: a substância “trabalho abstrato”. Também a natureza passou a ser depredada numa velocidade e extensão inauditas, ameaçando aniquilar os fundamentos naturais da existência humana.

O capitalismo desmorona, mas se mantém. E para isso, ele conta com uma série de mecanismos de *fugas para frente*, que vão desde a ficcionalização da economia até a produção destrutiva em larguíssima escala (produção bélica, obsolescência planejada etc.). As crescentes dificuldades dos processos de valorização levam o capitalismo também a mobilizar métodos canibais e, por fim, autodestrutivos de pilhagem sistemática da sociedade (privatizações, patentes, expropriações etc.). O presente texto trata dessas novas vagas de “acumulação primitiva” que ocorrem no fim de linha da civilização capitalista e busca refletir sobre algumas formas de lutas sociais e experiências que surgiram nesse processo.

A irracionalidade crescente do capitalismo

Marx chama o capitalismo de “contradição em processo” porque, por um lado, põe o tempo de trabalho como medida da riqueza, enquanto, por outro, impulsionado pela concorrência, procura reduzir o tempo de trabalho ao mínimo. O trabalho encontra-se sempre como o centro da forma de socialização. No entanto, no plano material, não cessa de ser deslocado para as margens do processo de produção por meio do desenvolvimento tecnológico. Nas palavras de Marx:

O capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. [...] Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor (MARX, 2011, p. 588-589).

Essa contradição atravessou toda a história do capitalismo. No entanto, foi apenas nas últimas décadas do século XX que esse sistema colidiu com seus *limites internos absolutos*. Durante muito tempo, ele conseguiu deslocar seus limites inerentes por meio da criação de novos produtos e da expansão dos mercados. Essa *fuga para frente* do capitalismo em relação à sua contradição de base chega ao fim com o advento e generalização da microeletrônica.

Desde então, ele passou a expulsar a força de trabalho humano numa velocidade muito maior do que os produtos gerados por essa tecnologia (chips, celulares, computadores etc.) permitem criar.

Essa revolução tecnológica confirma uma previsão que Marx fizera no plano teórico com mais de um século de antecedência: o surgimento de uma nova base tecnológica que levaria a forma do valor a se tornar obsoleta.

O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador. [...] Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora. Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. [...] De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares (MARX, 2011, p. 588,589).

Quando a riqueza passa a depender fundamentalmente das conquistas científicas e tecnológicas geradas pela sociedade, medir a riqueza material produzida pelo tempo de trabalho humano imediatamente despendido na produção torna-se algo tão inútil quanto impossível. O trabalho já não pode mais servir como medida de riqueza nem como meio de distribuição dos resultados da produção.

A “acumulação primitiva” e a afirmação do capitalismo

O capitalismo nasceu por meio dos mais atrozes processos de espoliação primária que ocorreram na Europa nos séculos XVI, XVII e XVIII. As condições elementares da sobrevivência de populações inteiras foram implacavelmente privatizadas. Enormes massas de seres humanos ficavam assim despossuídas das condições objetivas de produção de sua existência, sendo obrigadas a alienar parte de seu tempo e de suas capacidades em troca de dinheiro. A chamada acumulação primitiva do capital, como nos mostrou Marx no capítulo XXIV de *O capital* (MARX, 1984), consistiu nesse violento processo de separação entre os produtores e os meios de produção de sua existência. Uma história em que “[...] a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham o papel principal” (MARX, 2011, p. 261, 262).

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela

separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtores e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. [...] O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros (MARX, 2011, p. 262, 263).

No entanto, essas vagas de expropriação em massa não se limitaram aos princípios do capitalismo. Elas prosseguiram mesmo quando o capitalismo já havia posto as suas próprias bases. O período do imperialismo consistiu na disputa de imensas regiões do globo por um punhado de potências industriais capitalistas. Rosa Luxemburg analisou as novas rodadas da “acumulação primitiva” nessa nova fase do desenvolvimento capitalista:

Na acumulação primitiva, ou seja, nos primórdios históricos do capitalismo na Europa, em fins da Idade Média, bem como pelo século XIX adentro, a encampação do pequeno estabelecimento agrícola pelo grande constitui, na Inglaterra e no continente, o meio mais importante para a transformação maciça dos meios de produção e da força de trabalho em capital. E até hoje essa mesma

tarefa é levada em frente em escala bem maior, na política colonial, pelo capital dominante. É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter por via comercial. A dificuldade que o capital enfrenta nesse sentido reside no fato de que em grandes regiões da Terra as forças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade. Isso acontece sobretudo com o solo e com a riqueza que este contém em minerais, externamente como os pastos, os bosques e reservatórios de água, ou com os rebanhos dos povos primitivos que se dedicam ao pastoreio. Esperar pelos resultados do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que este resultasse na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção desses territórios. Isso explica por que o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos meios de produção em terras coloniais. Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se, de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não-capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias. Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encarniçada dessas, do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho (LUXEMBURG, 1988, p. 32,33).

Esses largos processos de expropriação adentraram o século XX nas economias de modernização retardatárias. Todos os horrores do passado foram expressos de forma condensada em algumas poucas décadas. Robert Kurz faz a seguinte observação a esse respeito:

O que Marx descreveu para a Inglaterra dos séculos XVI e XVII poderia ser descrito analogamente para a Rússia do início do século XX e para o Brasil e a Índia do fim deste século. A esse respeito, o que distingue as diferentes regiões do mundo é apenas a diferença temporal no processo histórico da modernidade (KURZ, 1992, p. 189).

Capitalismo de crise e pilhagem

A privatização em larga escala das condições materiais e objetivas da produção e a transformação de seres humanos “livres como pássaros” prosseguem ainda em nossos dias de crise estrutural do sistema capitalista. Mas a expropriação que ocorre em nossa época não pode mais ser considerada “acumulação primitiva”.

Fundamentalmente porque ela não cria as condições necessárias para a afirmação da sociedade capitalista. As vagas de privatização das condições materiais de produção da existência são antes de tudo uma resposta irracional e cega às dificuldades crescentes da valorização, intensificadas pelo esgotamento dos “recursos naturais” (água, solo, minérios, petróleo etc.). Por outro lado, as massas de seres humanos “libertados” de suas propriedades são atualmente inteiramente supérfluas para o funcionamento da economia capitalista.

David Harvey propõe o termo “acumulação por despossessão” (*accumulation by dispossession*) para dar conta da nova realidade. Segundo ele, “a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto” (HARVEY, 2004, p. 135). Em vez de produzir riqueza, apropria-se da riqueza já existente, ainda que isso termine por derruir ainda mais as bases de funcionamento da economia. Segundo Altvater (2010, p. 113), “[...] a apropriação não pela produção, mas pela desapropriação, é uma tendência da economia mundial do século XXI”.

Aqui andam de mãos dadas a privatização de bens e serviços públicos, manobras corruptas e criminosas, o acesso político e militar aos recursos naturais, sobretudo ao petróleo, o roubo de obras do patrimônio artístico e sua transformação em antiguidades comercializadas com interesse especulativo e a retirada de direitos sociais e democráticos de cogestão (ALTVATER, 2010, p. 112).

Não bastassem as recorrentes formas de violência capitalista (roubo, pilhagem, fraude, assassinato), agora, o sistema avança com os mais sofisticados meios *high-tech*. A recriação da natureza por meio da tecnociência permite forjar inauditas formas de “cercamentos”. A criação de sementes geneticamente modificadas incapazes de germinar (as infames sementes *Terminator*) talvez não seja mais do que a ponta de lança desses novos impulsos totalitários da mercadoria. André Gorz notou essas investidas do capital para se assehorar de um modo ainda mais radical

das condições objetivas da produção da existência:

A abolição da natureza tem como motor [...] o projeto do capital de substituir as riquezas primordiais, que a natureza oferece gratuitamente e que são acessíveis a todos, por riquezas artificiais e comerciais: transformar o mundo em mercadorias das quais o capital monopoliza a produção, posando assim como mestre da humanidade (GORZ, 2005, p. 88).

O capitalismo quer então produzir um *mundo pós-natural* (GOMEZ, 2010). Um mundo feito à sua imagem e semelhança, moldado em função de seus imperativos tecnológicos, políticos e econômicos. O desenvolvimento da nanotecnologia e a convergência tecnológica, como têm sido denunciados por intelectuais e organizações, tendem a criar uma concentração de poder inédito na história humana (ETC GROUP, 2010). O capitalismo que há tempos invadiu, pilhou e buscou a totalidade da Terra – sua superfície, suas entranhas, os mares mais profundos – quer também penetrar e colonizar as mais ínfimas partes do mundo material.³

Uma das versões desse novo “capitalismo de pilhagem” é dado pelo recrudescimento das atividades econômicas de origem criminosa. As atividades criminosas se conectam de forma cada vez mais profunda

³ “A terra, as florestas, os rios, os oceanos e a atmosfera têm sido colonizados, depauperados e poluídos. O capital agora tem que procurar novas colônias a serem invadidas e exploradas, para dar continuidade a seu processo de acumulação. Essas novas colônias constituem [...] os espaços internos dos corpos das mulheres, plantas e animais” (SHIVA, 2001, p. 28).

com as atividades econômicas legais. Para Elmar Alvater, “Apagam-se as fronteiras entre a busca legal do lucro, as transgressões ilegais do marco legal e a exploração criminosa dos novos espaços de atuação” (2010, p. 218). O dinheiro que é auferido nas mais diversas atividades criminosas ingressa no mundo dos negócios lícitos – e vice-versa.

Não é novidade que haja crimes na sociedade capitalista. O que é inédito são as dimensões desse fenômeno. A atividade criminosa torna-se cada vez mais um substituto para as formas de funcionamento da sociedade. Portanto, adquiriu qualidades novas. Ela cresceu para além da moldura social e tornou-se estruturalmente determinante: “ela é a anomalia que foge à norma, mas que ainda assim pertence à norma” (SCHANDL, 2009, p. 147).

Estima-se que atualmente cerca de 15% do comércio mundial ou 5% do PIB mundial são gerados de forma ilegal ou criminosa (ALTVATER, 2010, p. 218). O dinheiro movimentado na “indústria do crime” é vital para o funcionamento da economia e sobrevivência das mais poderosas máquinas estatais.⁴ Elas mesmas passam a ser di-

⁴A cifra incompleta do dinheiro “sujo” injetado nas caixas-fortes dos bancos estadunidenses durante a década de 1990 é estimada entre 3 a 5,5 trilhões de dólares, o que dá uma boa base para aferir sua importância para a economia estadunidense e, por conseguinte, da economia mundial. James Petras observa que “os fluxos somados de dinheiro ‘sujo’ e dinheiro ‘lavado’ cobrem boa parte do déficit da balança de pagamentos dos Estados Unidos (que atinge centenas de bilhões de dólares por ano). Atualmente, esse déficit comercial aproxima-se dos 300 bilhões de dólares. Sem esse dinheiro de origem ilegal, a economia externa seria totalmente in-

retamente mobilizadas para as atividades criminosas com muita frequência.

A síntese das formas espoliativas da “acumulação” capitalista nesse contexto de crise é a atividade de *racket* – um negócio que consiste em ameaçar com violência para depois cobrar o devido pagamento pela “proteção”. Tal atividade remonta ao nascimento dos Estados Europeus, numa época em que a diferença entre senhores da guerra, bandoleiros e governantes não era muito nítida. Agora, essas práticas primevas retornam, mas num contexto de crise da economia capitalista e da forma estatal em escala global. Tais práticas podem ser verificadas nas mais diversas escalas: nas práticas “imperiais” dos Estados Unidos (ARANTES, 2007) à pilhagem rea-

sustentável, o nível de vida despencaria, o dólar perderia valor, o capital de investimentos e empréstimos se retrairia e Washington seria incapaz de manter seu império global. Estima-se que a importância de dinheiro ‘lavado’ não fará senão aumentar. [...] Os 500 bilhões de dólares de origem ilegal, que ingressam nos principais bancos estadunidenses e circulam por eles superam os rendimentos líquidos de todas as companhias de computação dos Estados Unidos e certamente seus lucros. Essas entradas anuais ultrapassam todas as transferências líquidas realizadas pelas principais companhias petrolíferas e militares e as fabricantes de aviões. Os maiores bancos dos Estados Unidos – Bank of America, J. P. Morgan, Chase Manhattan e, em particular, o Citibank – obtêm uma alta porcentagem de seus lucros bancários com os serviços prestados às contas de dinheiro de origem criminosa. Os grandes bancos e instituições financeiras dos Estados Unidos são o suporte do poderio global de Washington, mediante suas operações de ‘lavagem’ de dinheiro e gestão de fundos estrangeiros de origem ilegal” (PETRAS, 2002, p. 74, 75).

lizada por bandos armados em regiões de elevado grau de decomposição social.⁵

Humanidade supérflua

Com as novas tecnologias baseadas na microeletrônica, uma enorme parcela da força de trabalho humana se torna obsoleta. Essa massa já não mais constitui os “exércitos industriais de reserva” de outrora. Foi posta de lado e não será jamais reabsorvida. Por isso, como assinala Marildo Menegat (2013, p. 91): “A população que sobra não é mais relativa, mas absoluta”. Mas não é apenas a “sociedade do trabalho” que entra em crise. Também a forma urbana explode desde as últimas décadas do século XX. A “urbanização completa da sociedade”, tal como previra Lefebvre (2008), torna-se cada vez mais uma realidade, mas na forma de generalização das favelas.⁶ Desde a década de 1970, o crescimento das favelas em todo o Hemisfério

⁵ No Rio de Janeiro, parte dos aparatos de segurança integra as chamadas milícias. Estas controlam enormes porções do território da cidade e se financiam através do domínio de uma série de atividades econômicas (venda de botijões de gás, televisão a cabo, transporte “alternativo” etc.), incluindo aí, não raro, tráfico de drogas e a “tributação” de moradores e comerciantes. Por outro lado, esses bandos armados realizam parte das atividades “sujas” do Estado relativas ao controle social mediante coerção e extermínio físico das populações pobres. Importante assinalar que tais manifestações não revelam a força do Estado, mas revelam antes sua fraqueza, que decorre da crise social e da decomposição social galopante.

⁶ Os favelados, embora sejam apenas 6% da população urbana dos países mais desenvolvidos em termos capitalistas, constituem 78,2% dos habitantes urbanos dos menos desenvolvidos, correspondendo a pelo menos um terço da população urbana global (DAVIS, 2006, p. 34).

Sul ultrapassou a urbanização propriamente dita, e em breve elas engolirão as cidades: teremos então apenas favelas sem cidades!

A violência urbana que irrompe indica que a atual geração de pobres já não encontra lugar para morar nas metrópoles, nem dentro e nem fora das favelas. O problema, portanto, não se restringe apenas à racionalização econômica e as novas dimensões da crise capitalista. Para Elizete Menegat (2005, p. 115), é a própria “configuração hegemônica ordenada pelo tradicional modo público-privado de propriedade que não pode conter o novo conteúdo social: o vazo quebrou”.

Analistas consideram que a pobreza urbana é o problema mais importante e politicamente mais explosivo do século XXI. Também os militares preveem que as favelas serão o principal palco dos enfrentamentos militares (DAVIS, 2004). As máquinas de guerra estatais – onde a atuação das forças armadas e das polícias tende a se confundir cada vez mais – apontam suas armas contra a população pobre das cidades. Essa guerra, no entanto, já iniciou. As intervenções militares/policiais nas favelas de Porto Príncipe, no Rio de Janeiro e alhures, exemplificam-no sobejamente.

O totalitarismo da mercadoria quer destruir tudo o que transborda dos estreitos limites de suas formas. Para Agamben, o totalitarismo pode ser definido como “a instauração, através do Estado de exceção, de uma guerra civil legal, que permite a eliminação física não apenas dos adversários políticos, mas de categorias inteiras

de cidadãos que por qualquer razão resultam não integráveis no sistema político” (ZIBECHI, 2007, p. 183). Essas categorias são, principalmente, os habitantes dos bairros populares, aqueles setores que ficaram desconectados da economia formal, de modo permanente e estrutural (ZIBECHI, 2007, p. 183). Wallerstein assinala que nos subúrbios confluem algumas das mais importantes fraturas que atravessam o capitalismo: de raça, classe, etnia e gênero. São os territórios da despossessão quase absoluta (WALLERSTEIN apud ZIBECHI, 2007, p. 185).

A crescente criminalização da pobreza é um fenômeno mundial. O número de presos cresceu em todos os países no curso dessas quatro “décadas de crise”. São mais de 10 milhões de presos em todo o mundo. Os Estados Unidos são o campeão em encarceramento, com mais de 2,2 milhões, seguidos da China, 1,6 milhão, Rússia 731 mil, e Brasil, 541 mil. Mas a prisão é apenas uma das formas de “contenção” dos seres humanos tornados “redundantes”. Em muitas regiões do mundo, já se passou mesmo para a “solução final” por meio do extermínio físico. Os números de mortos no Brasil são de um país que se encontra em guerra civil, a maioria negros, pobres, moradores de favelas e periferias (MENEGAT, 2012). Há tempos que a *guerra contra a pobreza* se tornou literalmente uma *guerra contra os pobres*.

O Estado brasileiro abandonou a forma clássica de intimidação ou coerção e age indiscriminada e diretamente, na ilegalidade plena. O terrorismo do Estado brasileiro pode ser singular ou de grupos, mas sempre opera sob as suas ordens, ou autorizado. É um terrorismo em grande escala [...]. O terro-

rismo do Estado está presente na estrutura econômica, nas relações sociais, na transgressão dos direitos civis e humanos. [...] Terrorismo policial é o trabalho de mãos visíveis – um projeto organizacional, uma seleção estratégica, uma conspiração para assassinar e intimidar (MIR, 2004, p. 388, 397).

A militarização da sociedade para recuperar o controle das periferias urbanas não é suficiente, como revela a experiência militar recente no Terceiro Mundo. Em função disso, são criadas novas modalidades de administração estatal da pobreza. O Brasil se tornou um exportador desses programas por intermédio do gerenciamento de crise petista.⁷ Marildo Menegat (2012) assinala que a “novidade” do governo do “Partido dos Trabalhadores” no Brasil é a “gestão da crise social”. Isso se traduz na criação de diversas técnicas que lhe permitem o que alguns intelectuais chamaram de “governabilidade social”, podendo “minimizar a inércia da barbárie”. Esses programas de “gestão da barbárie” ganharam efetivamente “uma forma compatível com as possibilidades de sua execução no quadro de regressão da sociedade brasilei-

⁷ Essas técnicas, segundo Menegat (2012), já foram exportadas para 37 países (“Social ‘made in Brazil’ já estão em 37 países”, *Jornal O Gobo*, 8 de maio de 2005, p. 38; “Brasil já exporta sua tecnologia da miséria urbana”, *Jornal Folha de São Paulo*, 21 de maio de 2006, B16 *apud* Menegat, 2012), constando na lista: “Pastoral da Criança, Comitê para Democratização da Informática (CDI), Bolsa Escola, Bolsa Família, AfroReggae, Fome Zero, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Projeto de Crédito Fundiário, Programa de Combate à Pobreza Rural e Cooperativas de Reciclagem de lixo (que no Brasil ocupam 500 mil catadores e movimentam R\$ 7 bilhões).

ra”. Essa “nova forma” que lhe empresta originalidade e diferencia o Partido dos Trabalhadores (PT) dos outros partidos de direita tem a intenção de “congelar” a barbárie, usando como “antídoto um pouco mais do que a produz, misturada com boas intenções ‘sociais’”.

As comunas e as “novas territorialidades”

Um conjunto de interessantes experiências tem sido realizado no curso da desintegração capitalista: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil, piqueteiros na Argentina e moradores de El Alto na Bolívia. Poderíamos dizer, com Zibechi (2007, p. 26), que as “novas territorialidades” são a característica mais importante dessas experiências, já que o que se está vendo é o desenvolvimento de uma luta pensando no posicionamento geográfico como um lugar estratégico, lugar onde surgem novas relações sociais de produção e reprodução social, dotando esse espaço da capacidade de construir uma nova organização social, que diferentemente das fábricas, sindicatos, retoma uma vida comunitária como lugar onde se constrói objetiva e subjetivamente uma luta anticapitalista.

Podemos pensar a luta territorial como uma marca da luta anticapitalista da periferia, já que as mesmas nascem para o capital como apropriação das terras para obtenção das matérias-primas em sua “acumulação primitiva”, a qual leva a marca da desapropriação de seus habitantes originais na base da violência. A partir desse

momento, criou-se uma ruptura nos territórios entre colonizados e colonizadores, entre produtores e explorados, dissociações próprias da quebra que significou a chegada do capital e a constituição de suas periferias. Dessa maneira, a luta pelo território surge, nesse momento, como uma luta contra o capital, contra a exploração depredadora tanto dos homens como da natureza. Por essa razão, a luta pelo território, nessa direção, é anticapitalista, recolocada em diferentes períodos históricos, na maioria das vezes, pelos indígenas, mas que consegue universalizar-se às massas marginalizadas devido a que cada vez mais são aqueles que ficam fora de territórios necessários para a reprodução da vida social, tanto na cidade como no campo. A diferença está em que a recuperação desses territórios já está pensada como uma outra forma de habitá-los, tanto em sua reprodução das relações sociais, como em sua relação com a natureza e as possibilidades de autossustentabilidade.

Em seu livro *Dispersar o poder: os movimentos como poderes antiestatais*, Zibechi (2006) consegue realizar uma análise do que sucedeu nos últimos anos com as revoltas na Bolívia, destacando que a estrutura e a consistência dessas revoltas são suas *formas comunitárias de organização*, através de assembleias por zonas, responsáveis pela organização das ações de luta, com lideranças rotativas e descentralizadas, e com uma multiplicação das ações de resistência que permite neutralizar a ação repressiva do Estado, por um lado, e gerar necessariamente uma mudança permanente na direção das mesmas, por outro.

Estamos transitando em direção a novas relações entre “sujeitos” e territórios, marcando mudanças profundas nos setores populares que agora já não são mais nem operários, nem dirigentes sindicais, nem militantes de partidos de esquerda, constituindo-se como sujeitos heterogêneos deslocados rumo às periferias urbanas e com a necessidade de construir, nesses territórios, lugares onde se possa reproduzir e sobreviver. A partir da perda dos “territórios sociais” – onde se articulava a luta e onde ela ganhava sentido (fábrica, sindicato, partido) –, que foi provocada por uma forte desindustrialização, foi necessária a apropriação geográfica dos territórios, com migrações em massa dentro e fora dos limites nacionais, sobretudo no espaço urbano, ao mesmo tempo em que se viveu o fenômeno da reterritorialização como parte da estratégia de intervenção coercitiva que o Estado implementou sobre as massas sobrantes desse processo, marcado pelo desemprego em massa, dando origem a uma disposição do espaço urbano diferenciado das décadas anteriores, onde os limites entre o rural e o urbano começam a ser cada vez mais difusos. Como mostra Harvey, com a fuga de capital e o processo de desindustrialização, abre-se uma nova configuração da relação sujeitos-territórios. Nessas fugas, a marca que o capital deixa é a de devastação porque “o capital, por natureza, cria ambientes físicos a sua imagem e semelhança unicamente para destruí-los mais adiante, quando busca expansões geográficas e deslocalizações temporais, em um intento de solucionar as crises de superacumulação que o afetam ciclicamente” (apud ZI-

BECHI, 2007, p. 74). Essa devastação se resume, na América Latina, em desocupação e pobreza extrema, na expulsão de milhões de trabalhadores da cidade consolidada para os arrabaldes inóspitos, fétidos e inundáveis⁸.

Enquanto o capitalismo, em sua dinâmica de crise, produz novas formas de espoliação e desapropriação, um movimento social que aponte para a emancipação deve resistir a esse impulso e buscar se reapropriar das condições objetivas e subjetivas da produção de existência. Uma outra forma de produzir e de viver precisa ser inventada. A apropriação das referidas condições e sua utilização coletiva podem servir como um interessante ponto de partida para o desenvolvimento de elaborações teóricas e para o experimento prático.

Referências

ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁸ Para nomear apenas alguns exemplos, no Cone Sul, temos a expulsão *manu militari* de 200 mil pobres da cidade de Buenos Aires em direção à periferia, em 1977, pela ditadura militar; a expulsão de 24 mil mineiros e suas famílias, em 1985, na Bolívia, uma parte dos quais fixou-se na cidade de El Alto e outra parte, após percorrer um extenso périplo, terminou estabelecendo-se no Chapare para trabalhar no cultivo da folha de coca; e a expulsão, ao longo de duas décadas, de 17% da população de Montevidéu de seus antigos bairros operários e das classes médias rumo à periferia, onde 280 mil desocupados e subocupados vivem agora em assentamentos irregulares (ZIBECCHI, 2007, p.74,).

ARANTES, P. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAVIS, M. The Pentagon as Global Slumlord. **Socialist Review**, may 2004. Disponível em: <<http://www.socialistreview.org.uk/article.php?articlenumber=8884>>. Acesso em: jan. 2014.

ETC GROUP. **Las estratégias de las tecnologías convertentes: la teoría del pequeño BANG**. 2009. Disponível em:<<http://www.etcgroup.org>>. Acesso em: jan. 2009.

GOMEZ, A. **Revolução tecnológica e capitalismo: tópicos sobre a destruição e a criação de uma outra natureza**. Tese (Doutorado) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2010.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3. Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 2. v.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1, t. 2.

MENEGAT, E. A periferia é o limite: notas sobre a crise do modelo ocidental de urbanização. **Cadernos metrópole**, n. 13, p. 107-132, 1. sem. 2005.

MENEGAT, M. Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? In: ESTUDO sobre Ruínas. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MENEGAT, M. Unidos por catástrofes permanentes: o que há de novo nos movimentos sociais da América-Latina. In: ANDRADE de PAULA, D.; MENDONÇA, S. R. (Org.) **Sociedade Civil**: ensaios históricos. Jundai (SP): Paco Editorial, 2013. Disponível em: <www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/005.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

MIR, L. **Guerra Civil**: estado e trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

PETRAS, J. **Império e políticas revolucionárias na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2002.

SCHANDL, F. Pilhagem social: mosaico de uma desintegração feito com pedras

desordenadas. **Sinal de menos**, v. 1, n. 1, 2009.

SHIVA, V. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

ZIBECHI, R. **Dispersar el poder**: los movimientos como poderes no estatales. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

ZIBECHI, R. **Autonomías y emancipaciones**. América Latina en movimiento. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Programa Democracia y Transformación Global, 2007.